

1 ATA DA DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
2 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA
3 VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE 2018, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO
4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h40min.
5 QUÓRUM DE ABERTURA: Constatada a presença dos conselheiros (as): **Cláudia Maria de**
6 **Oliveira** (representante do governo – SEMDESC); **Lucélia Gomes Soares** (representante
7 sociedade civil – APAE); **Geovane Martins Ferreira** (representante do governo – SEFAZ);
8 **Simone da Silva Camargo Ferreira** (representante da sociedade civil – Psicólogos – titular);
9 **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais – suplente);
10 **Rhayza Fernanda Mendes** (representante do governo – SEGOV); **Joana Darc de Oliveira**
11 **Machado** (representante da sociedade civil – Província Carmelitana de Santo Elias – CEM);
12 **Rosilene Cordeiro Máximo da Cunha** (representante da sociedade civil – Mão Amiga - titular);
13 **Neuzira Cardoso Otoni** (representante da sociedade civil – psicólogos - suplente); **Marli**
14 **Rodrigues Xavier Brito Araújo** (representante da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo);
15 **Natalícia Ferreira Alves** (representante da sociedade civil – Província Carmelitana de Santo Elias
16 – CEM – suplente); **Evaldo José da Silva** (representante do governo – SEGOV); e **Severina Alda**
17 **de Aguiar** (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais – titular). Como convidado,
18 Sonildo Gonçalves. A presidente Simone iniciou a reunião cumprimentando a todos, em seguida fez
19 a leitura da ata de reunião da Comissão de Análise de Instrumentos Legais realizada no dia vinte e
20 três, sexta-feira, para tratar do Plano Operativo Centro Dia da APAE, na qual ficou decidido pela
21 comissão que seria necessário fazer uma visita “in loco” para avaliar o projeto. Lucidalva
22 questionou a falta dos membros da comissão na reunião, disse que poderia comprometer o
23 desenvolvimento dos trabalhos. Nesse momento dois membros da comissão chegaram. Simone
24 pediu que Marli fizesse os apontamentos da reunião da comissão. Marli explicou que fizeram a
25 leitura da tipificação do serviço e que seria necessária a vista. A conselheira Severina Alda expôs
26 sua dúvida com relação à equipe de trabalho para o programa. Após discussões ficou decidido o
27 envio de ofício solicitando que a APAE enviasse outro documento referente ao Centro Dia,
28 desvinculando dos outros serviços prestados pela APAE e que após analisar o documento a
29 comissão realizará a visita. Passando para o próximo ponto da pauta Simone falou sobre a
30 devolutiva da Comissão de Inscrição e Acompanhamento de entidades, serviços, programas,
31 projetos e benefícios. Explicou que com a saída da conselheira representante da educação, Eleni, o
32 andamento das visitas da APAE e do CEM ficaram prejudicados, pois teria que fazer o relatório
33 sozinha. Alda sugeriu recompor a comissão. Lucidalva pediu que os dados fossem apresentados a
34 plenária já que a visita teria sido realizada. Simone disse que fez as visitas junto com a comissão do
35 Marco Regulatório e pediu auxilio de Evaldo para terminar os relatórios. Cláudia salientou que as
36 comissões fazem relatórios diferentes e não deveriam ser vinculadas. Lucélia sugeriu que os

37 relatórios fossem apresentados após cada visita, ressaltando a importância dos documentos
38 solicitados pela comissão não ficarem a cargo de nenhum conselheiro, devendo os mesmos
39 permanecer na sala do conselho. Simone deu início a leitura dos relatórios, apresentando a
40 instituição Abrigo Frei Anselmo. Após leitura, abriu espaço para questionamentos e
41 posicionamentos. Lucidalva perguntou se foram observados os critérios que a resolução normativa
42 do conselho CMAS nº 001/2016 estabelece com relação à aplicação dos 30% que a entidade deveria
43 comprovar e não teria sido citado no relatório apresentado. Marli salientou que o fato das duas
44 comissões do CMAS e do marco regulatório terem feito a visita juntas deixou o trabalho confuso,
45 dificultando a apresentação de documentos relevantes para o trabalho da comissão. Simone disse
46 que deveriam ter se preparados antes para as visitas. Alda falou que os instrumentos usados pela
47 comissão não poderiam ser padronizados devido à característica de cada serviço. Marli falou ainda
48 da importância da capacitação para o cuidado com a pessoa idosa e pediu ajuda do CMAS. Cláudia
49 respondeu que poderia ser solicitado junto ao CMI. Alda pediu que fosse revisto alguns pontos do
50 questionário, pois os mesmos não forneciam informações das pessoas que não teriam idade para ser
51 acolhido e já estavam no abrigo antes da nova lei. Lucélia perguntou como é o trabalho oferecido de
52 atendimento social pela instituição. Simone respondeu que é acompanhado pela equipe técnica, que
53 existe a tentativa de fortalecer a convivência familiar. Sobre o percentual dos 30% Simone
54 informou que recebeu a planilha do demonstrativo, mas que a comissão ainda não avaliou. Em
55 seguida foi apresentado o relatório da Mão Amiga. Aberto para questionamentos e posicionamentos
56 os conselheiros expuseram a preocupação com relação às visitas que as crianças e adolescentes
57 recebem na instituição, pois existe a preocupação de não expor os acolhidos. Cláudia observou que
58 nos recursos recebidos não foi mencionado os repasses da prefeitura. Em seguida foi apresentado o
59 relatório das Casas Lares 1 e 2. Aberto para questionamentos e posicionamentos, Cláudia ponderou
60 que as casas não funcionam em sede própria o que dificulta alguma reforma ou ampliação, não tem
61 acessibilidade e falta adequação para área de lazer; que é necessário cuidado para que relatórios mal
62 elaborados não prejudiquem as políticas públicas deixando transparecer que esta tudo adequado
63 com os serviços oferecido. Simone falou da dificuldade na visita das casas pela falta de
64 documentação, não foi apresentado o projeto político pedagógico, plano de trabalho entre outros
65 instrumentais necessários para complementar a visita. A conselheira Severina Alda, disse que esses
66 documentos existem e que poderiam ter sido solicitados por meio de ofício. Rosilene questionou
67 porque as crianças e adolescentes acolhidos não poderiam receber visitas na casa lar. Alda justificou
68 os motivos que levaram a ter regras mais rígidas para as visitas, que as visitas acontecem, mas com
69 supervisão. Foram sugeridas as correções para os relatórios apresentados, como o tempo da reunião
70 já tinha se estendido demais o restante dos relatórios teriam que ser apresentados na próxima
71 reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, a presidente Simone encerrou a reunião, e eu,

72 Lidiane Ferreira, lavrei esta ata que será lida e aprovada pelos presentes. ENCERRAMENTO:
73 16h55min.